

# Paradoxos da Religião e a Sociedade Aberta

## Resposta a Lord [Raymond] Plant

Sempre admirei a capacidade de Lord [Raymond] Plant em assumir simultaneamente o papel de pensador e o de legislador. Essa capacidade é visível neste ensaio.

**C**omeça como um catálogo de exemplos recentes de confrontos entre reivindicações religiosas e as alegadas normas da democracia liberal. Alguns destes casos são britânicos e alguns são franceses, variando consideravelmente também noutros aspectos. Todos, no entanto, questionaram até que ponto, se é que é de todo possível, as razões de ordem religiosa podem exigir algum privilégio perante o tribunal da democracia liberal e, por conseguinte, obter uma determinada isenção das normas cívicas habituais. Será que uma reivindicação por razões de ordem religiosa (mesmo ou precisamente onde essa reivindicação é alegadamente genuína) pode justificar um acto que uma sociedade liberal proibiria numa outra circunstância?

Lord Plant coloca assim a questão



POR  
**Clifford Orwin**

Professor de Ciência Política da Universidade de Toronto

de saber até que ponto uma “sociedade aberta” está aberta às reivindicações da religião, insinuando desse modo a questão adicional de saber se o termo “sociedade aberta” não será um termo errado ou, pelo menos, hiperbólico. O primeiro e maior pensador a colocar esta questão adicional foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a quem me irei referir sumariamente.

Mais de 250 anos após a publicação dos seus primeiros ensaios políticos, Rousseau continua a ser o crítico mais

incisivo da noção de sociedade aberta. Foi o céptico mais rigoroso da modernidade, e o seu cepticismo incidia, acima de tudo, sobre a pretensão de abertura da sociedade liberal.

É verdade que Rousseau não conhecia o termo sociedade aberta. Ele só conheceu sociedades “iluminadas”. Contudo, as sociedades abertas têm muito em comum com estas versões anteriores de sociedades liberais, das quais, obviamente, descendem. Mas afinal, para o que é que as sociedades abertas devem estar abertas? Para a razão, para a ciência, para o progresso, para a transparência na conduta dos assuntos públicos. Cada uma destas áreas era igualmente uma ambição dos pensadores do Iluminismo.

Rousseau, no entanto, via estes pensadores de uma maneira bem diferente da que eles se viam a si mesmos. Enquanto naquele tempo, tal como agora, os liberais se gabavam do seu espírito de abertura, Rousseau via-os completamente fechados a todas as perspectivas excepto as suas. A própria noção de progresso era tendenciosa e dogmática. Os liberais já sabiam muito bem que tipo de sociedade queriam, nomeadamente uma dominada por pessoas como eles. Se alguma vez pudessem levar a sua avante, governariam de forma não menos opressiva que o *ancien régime*, regime que levou Rousseau a juntar-se aos liberais para o condenar. A sociedade supostamente racional dos liberais assentaria numa visão enraizada do mundo, imposta por diversos meios de controlo social. Rousseau foi assim o primeiro pensador moderno a diagnosticar a característica desordem política moderna, aquilo que hoje é conhecido como ideologia, poder enraizado aparentemente assente numa verdade científica.<sup>1</sup>

Tal era, resumidamente, a crítica de Rousseau ao Iluminismo. Podemos achá-la exagerada, e algo de injusto para com os grandes proponentes do Iluminismo como Montesquieu, Hume, e Adam Smith. No entanto, tal como qualquer sociedade humana real, a sociedade liberal ou aberta fica muito aquém do seu modelo. Temos de concordar com a visão fundamental de Rousseau: apesar de, ou mesmo por causa das pretensões de racionalidade da sociedade liberal, haverá sempre limites muito rigorosos à sua abertura. A

sua tolerância dependerá sempre da aceitação da sua autoridade e do reconhecimento de que os princípios liberais se sobrepõem a todos os outros. O liberalismo não é imparcial entre os modos de vida, é um modo de vida, e como tal aceita apenas a diversidade que não é incompatível com o seu modo de vida.

A religião foi o caso inicial desta ambiguidade e continua a ser o caso clássico. As sociedades liberais, ao contrário das que as precederam, praticam a tolerância religiosa. No entanto, na prática de tolerância das muitas e variadas religiões, a sociedade liberal lida necessariamente com elas não nos termos delas mas nos seus próprios termos. Toleram-as não na medida em que é religiosa (pois por definição uma sociedade liberal não segue nenhuma religião) mas na medida em que é liberal – e por conseguinte apenas na medida em que elas também o sejam. As religiões têm de praticar a tolerância de todas as outras denominações tolerantes, e (o que vai dar ao mesmo) não podem exigir um estatuto público para os seus ensinamentos religiosos. Uma vez que a sociedade liberal ou aberta tolera a diversidade religiosa apenas como um aspecto do seu liberalismo, as pessoas religiosas não têm o direito de exigir que ela adapte as suas práticas liberais só para acomodar os caprichos (pois é assim que ela interpreta) da sua (ou qualquer outra) religião.<sup>2</sup>

É verdade que os grandes fundadores da abordagem liberal à religião – Spinoza e Locke vêm à mente – negaram a existência de qualquer tensão entre a religião devidamente compreendida e os princípios fundamentais do liberalismo. (Locke argumentou sobre isto explicitamente apenas relativamente ao Cristianismo, mas ao reinterpretar o Cristianismo como religião natural,<sup>3</sup> deixou intencionalmente em aberto a possibilidade de estender o seu argumento a outras crenças, como Moses Mendelssohn em breve o confirmou ao aplica-lo ao Judaísmo no seu *Jerusalém*. De qualquer modo, Spinoza pelo menos manteve-o tanto para o Judaísmo como para o Cristianismo logo desde o início.<sup>4</sup>) Este ponto de vista tem gozado de grande ascendência sobre os Protestantes, e os Católicos e os Judeus também o adoptaram à medida que se foram integrando nas sociedades liberais Protestantes.



Raymond Plant, Clifford Orwin, Pe. Jerónimo Cahinga

Ultimamente, no entanto, esta situação deparou-se com dois desafios, que figuram ambos no ensaio de Lord Plant. O primeiro é o influxo, nas sociedades liberais, de muitos imigrantes de religiões para quem a noção de tolerância é desconhecida. Estes, em particular o Islão, colocaram novos desafios às sociedades liberais. A segunda complicação apareceu do lado do próprio liberalismo, uma vez que aumentou o nível de subserviência necessária para que uma religião seja considerada liberal.

Lord Plant oferece uma leitura inteligente das questões de autoridade e identidade religiosa, tendo ambas constado na jurisprudência recente. Lord Plant interroga-se sobre a utilidade e a propriedade destas questões para os decisores políticos, e concordo com ele. No entanto, penso que não é necessário preocupar-se muito com eles. Em última análise, a questão fundamental para o liberalismo, quando avalia a religião, tem sido sempre uma versão do princípio do dano, que ele próprio recomenda – avaliar se a prática religiosa em questão provoca danos intoleráveis aos interesses legítimos. Legítimos significa, obviamente, interesses liberais:

o princípio do dano requer que a religião se submeta às noções liberais de prejudicial e de útil.

A este respeito nada mudou desde o século XVIII até aos nossos dias – excepto o facto de, como já foi sugerido, o liberalismo se ter tornado mais agressivo. Existe uma linha de descendência bem clara entre o liberalismo original que exigia que os Presbiterianos tolerassem os Metodistas e a situação a que se assiste na Grã Bretanha actualmente que exige que as agências Católicas Romanas concordem em arranjar adopções para casais homossexuais. A tolerância de todas as outras seitas tolerantes transformou-se em tolerância de todos os “estilos de vida” tolerantes, incluindo todas as orientações sexuais. O liberalismo contemporâneo é não só cada vez mais libertário em relação ao comportamento moral, incluindo o de natureza sexual, como também (segundo Plant) cada vez mais legalístico na sua abordagem para proteger estes comportamentos. Isto é uma combinação tóxica, uma vez que o estado liberal recorre a processos de intimidação para impor a permissividade.

Igualmente significativo é o facto de a exigência de tolerância de comportamentos que certas pessoas consideram ofensivos se ter transformado numa exigência de “reconhecimento” ou “celebração” ou “afirmação” desses mesmos comportamentos. Uma ausência de tal efusividade conduz supostamente a uma diminuição de autoestima ou, – ainda pior – à “marginalização”. Com receio de que os outros sofram este destino terrível, a religião tem de aceitar um papel cada vez mais marginal na direcção dos assuntos morais da sociedade. Esta não é a questão mais insignificante em que as ditas sociedades abertas são menos abertas do que podem parecer. ■

## NOTAS

<sup>1</sup> Para uma crítica de Rousseau ao Iluminismo e aos filósofos que formaram a sua vanguarda, veja *Discurso sobre as Ciências e as Artes* e as trocas polémicas que se lhe seguiram e o seu prefácio a *Narciso*.

<sup>2</sup> A declaração clássica da posição liberal nestas questões é a *Carta sobre a Tolerância*

de Locke.

<sup>3</sup> Ver o seu *Razoabilidade do Cristianismo*, sobretudo as páginas de conclusão; ver também o capítulo cinco, capítulo crucial (sobre a propriedade) do seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*.

<sup>4</sup> Ver o seu *Tratado Teológico Político*.